

CARTA DA DIRETORIA

Em 2020, resistir ou perecer

Se 2019 foi um período de ataques verbais, ameaças e provocações aos docentes e à universidade pública, em 2020 elas podem se concretizar em medidas ainda mais concretas se não houver consciência, união, desprendimento e disposição ao engajamento coletivo, que serão necessários à resistência. Enfrentamos um governo assumidamente hostil ao pensamento crítico, à cultura, à ciência, à tolerância e à diversidade, que por isso mesmo vê a universidade como um território inimigo e seus professores como obstáculos ao triunfo de um senso comum conservador, autoritário e fundamentalista.

A isso se soma uma política de encolhimento do Estado e destruição dos serviços públicos, em que o ataque ao funcionalismo se tornou pauta preferencial do governo, que este ano já nos tomou parte das aposentadorias. No próximo, pretende avançar sobre nossa estabilidade e nossos salários, ao mesmo tempo em que mantém os verdadeiros privilégios de militares, juizes, procuradores e policiais. A PEC emergencial autoriza cortar 25% dos salários, a reforma administrativa aniquila carreiras e o orçamento de 2020 prevê cortes de até 40% para as universidades e as agências de fomento.

Os desafios que enfrentamos exigem muita firmeza do Sindicato e da categoria, mas também criatividade para encontrarmos novas formas de luta e habilidade para as articulações políticas necessárias com outras categorias e setores mais amplos da sociedade, na defesa do serviço público, da educação e da democracia.

Mas se 2019 foi o ano em que a Apufsc retomou sua tradição de lutas, com assembleias históricas, mobilizações importantes e a eleição do Conselho de Representantes mais amplo de sempre, 2020 há de ser o de retomar a sua plena força, com a adesão dos professores que ainda não se associaram e a conclusão do processo de filiação a uma entidade sindical nacional, com a assembleia que fará a opção já marcada para 24 de março. Juntos, vamos resistir.

Com Previdência e Unimed, 2020 vai pesar no bolso dos professores

Desconto no salário dos docentes mais velhos pode passar de R\$ 8 mil no ano que vem

Previdência, o novo plano da Unimed da UFSC e o velho Imposto de Renda: somando os descontos já conhecidos com os que passarão a valer no ano que vem, os professores da universidade verão o contracheque minguar em 2020. Os fatores, de naturezas distintas, terão um impacto significativo, especialmente na remuneração dos mais velhos.

Primeiro, vem o novo plano de saúde da universidade, que dobrou de valor para quem tem mais de 59 anos. Em março de 2020, será a vez da nova alíquota previdenciária, instituída pela reforma da Previdência de Bolsonaro e Paulo Guedes. Para alguns docentes, os descontos totais ultrapassam os R\$ 8 mil, contando com o Imposto de Renda.

É o caso, por exemplo, de titulares com doutorado, com mais de 59 anos de idade. Com salário bruto de R\$ 20.530,01, esses professores pagam hoje R\$ 2.258,30 de Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor (CPSS), 11%. Com a reforma da previdência, o desconto subirá para R\$ 3.036,53, ou seja, 14,79% do sa-

lário bruto. Considerando o Imposto de Renda de R\$ 3.941,34 retido na fonte, o desconto após a reforma totaliza R\$ 6.977,87 (IRPF + Previdência), o que equivale a 33,99% do salário bruto.

Se esse professor titular fez a migração para o plano de saúde da Unimed mais contratado pelos servidores da UFSC (o Plano Tipo 1 Plus), terá descontado na folha mais R\$ 1.119,78 por pessoa. No contrato antigo firmado pela opera-

dora com a universidade, esse valor era de R\$ 553. "Ficou extremamente oneroso, mas com pessoas idosas em casa não temos como abandonar o plano", diz Sandra Mendonça, professora aposentada pelo Colégio de Aplicação, que fez migração para ela, para o marido e para mãe, todos com mais de 59 anos. "A gente se sente refém, mas se mantém por medo de um dia não ter condições de pagar um tratamento".

Para os professores mais jovens, a mensalidade do plano de saúde vai até diminuir, porque a nova tabela de preços da Unimed é por faixa etária. O aumento na alíquota previdenciária também não será tão drástico. Pela regra antiga, a geração de professores que ingressou no serviço público após 2013 se aposenta com o teto do INSS, hoje de R\$ 5.839,45. O desconto passará de R\$ 642,34 para R\$ 682,55.

Nova contribuição para quem entrou até 2013; veja exemplos

CATEGORIA (Ativos com Doutorado Dedicado Exclusiva)	REMUNERAÇÃO	DESCONTO HOJE (11% sobre o bruto)	DESCONTO COM A REFORMA (Alíquota progressiva)
Auxiliar 1	9.616,19	1.057,78	1.285,83
Adjunto 1	11.800,12	1.298,01	1.582,85
Associado 1	16.591,91	1.825,11	2.373,50
Titular	20.530,01	2.258,30	3.036,53

CATEGORIA (Aposentados com Doutorado DE)	REMUNERAÇÃO	DESCONTO HOJE (11% sobre o que supera o teto do INSS)	COM A REFORMA (Alíquota progressiva sobre o que supera o salário mínimo)
Adjunto IV	13.273,33	817,73	1.460,90
Associado 1	16.591,91	1.182,77	2.008,47
Titular	20.530,01	1.615,96	2.858,61

Zebras Gordas? Menos de 3% dos professores das federais estão no topo da carreira

Depois de aprovar a reforma da Previdência, o governo Bolsonaro está empenhado em colocar de pé a reforma Administrativa, que tem como alvo, novamente, o funcionalismo público. A estratégia para obter apoio da sociedade tem sido propagar a ideia de que todos os servidores públicos são privilegiados, trabalham pouco e recebem salários estratosféricos. Os professores das federais já foram chamados até de "zebras gordas", porque, segundo o ministro da educação, Abraham Weintraub, chegam a receber R\$ 20 mil por mês para dar apenas oito horas de aula por semana.

Além de atribuir aos professores universitários uma imagem

errada do seu trabalho, a fala do ministro ignora dados importantes sobre a carreira dos docentes das federais. Um estudo do Banco Mundial revela que apenas 2,9% dos professores de ensino superior no Brasil alcançam o último nível da carreira, sendo necessários, em média, 25 anos de serviço para chegar ao topo.

Em contrapartida, nas carreiras jurídicas, que incluem advogados da União e procuradores, 78% dos servidores recebem o teto. O tempo médio para se alcançar essa posição é bem inferior ao dos professores: apenas 10 anos. Só no final da carreira, com um doutorado no currículo, alguns docentes conseguem

conquistar o salário de professor titular, que equivale ao que um juiz, promotor ou delegado federal recebem de entrada, tendo apenas a graduação.

A reforma administrativa, que é a nova bandeira do governo Bolsonaro, não leva nada disso em conta e trata todos os servidores como marajás. "A generalização do pensamento de que o servidor público é privilegiado é um grave desserviço", disse recentemente o secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo da Silva.

O projeto do governo para reestruturar o funcionalismo prevê redução de salários iniciais,

progressão de carreira atrelada a desempenho e fim da estabilidade para facilitar demissão em casos de baixa produtividade - o que é criticado até por economistas liberais que consideram a estabilidade uma defesa contra a perseguição política.

Em vídeo, economista Eduardo Moreira diz que reforma é uma armadilha para os mais pobres. Confira:



NOTAS E CONCEITOS

Andes ou Proifes: votação sobre a filiação nacional será no dia 24/03

A Apufsc-Sindical vai realizar no dia 24 de março de 2020 uma Assembleia Geral Extraordinária para decidir a qual entidade nacional deve se filiar: Andes ou Proifes. O debate em torno da filiação começou no início de 2019 e culminou com uma votação em que os docentes decidiram que o sindicato, hoje autônomo, deve estar vinculado a uma entidade com atuação nacional. A data da assembleia foi aprovada pelo Conselho de Representantes.

Apufsc terá calendário com aquarelas pintadas por professores

Aquarelas pintadas por 14 professores da UFSC vão ilustrar o calendário de 2020 da Apufsc-Sindical. As obras de arte têm em comum elementos da natureza e a leveza típica da técnica milenar. Os calendários estarão disponíveis ainda em dezembro nas secretarias dos departamentos, sedes da Apufsc e também podem ser reservados pelo e-mail imprensa@apufsc.org.br.

Maestria: conhecimento não se aposenta

A Apufsc lançou, junto com o novo site do sindicato, o Maestria Apufsc, uma série de vídeos com palestras de professores aposentados da UFSC sobre temas que marcaram sua trajetória acadêmica. Os primeiros, já disponíveis no site, foram gravados com os professores Dulce Penna, Alberto Cupani, Nilson Lage e Marco da Ros. O programa é o primeiro lançamento da TV Apufsc, com o objetivo de valorizar o conhecimento de docentes que dedicaram décadas das suas vidas à universidade pública.

Funcionamento da Apufsc nas férias

A Apufsc-Sindical estará em recesso entre os dias 23 de dezembro e 3 de janeiro, quando as atividades serão retomadas na Sede Max & Flora — incluindo plantão jurídico e atendimento de informática aos professores. A Sede Campus e as sedes do interior voltam a atuar no mês de fevereiro. Todos os horários de funcionamento podem ser encontrados no site do sindicato.

Fique informado: receba notícias diárias da Apufsc pelo WhatsApp

A Apufsc oferece um serviço de notícias diário via WhatsApp para manter os professores informados sobre decisões do poder público que afetam a universidade e a carreira docente. Produções do Setor de Imprensa da Apufsc, informes do sindicato e matérias selecionadas da mídia são encaminhadas todos os dias úteis, inclusive durante as férias na UFSC. Para receber, adicione aos seus contatos o número (48) 99692-3113 e envie uma mensagem solicitando sua inclusão.

Por que Capes e CNPq não devem se fundir

Entidades científicas e pesquisadores lutam para que agências sigam independentes



Crédito de imagens: Divulgação Portal Brasil / Flickr MCTIC

Com a justificativa de economizar recursos, o Ministério da Economia planeja fundir Capes e CNPq em uma só agência e substituí-la diretamente à Presidência da República. O plano vem sendo liderado pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, e assim que se tornou público, em outubro, despertou o alerta de entidades científicas como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Associação Brasileira de Ciência (ABC), além de pesquisadores e cientistas de todo o país. Juntos, eles assinaram uma carta contrária à fusão, entregue aos presidentes da Câmara e do Senado e ao governo.

"A proposta de fusão do CNPq e Capes, se efetivada, (...) seria uma medida equivocada sob todos os aspectos, já que as duas instituições, criadas e desenvolvidas ao longo de mais de seis décadas, têm missões bastante claras e complementares, que funcionam como pilares do sistema educacional e científico do país", diz um trecho da carta.

Se a fusão efetivamente ocorrer, os prejuízos não serão apenas financeiros. De imediato, tanto o Ministério da Educação, ao qual a Capes está vinculada, quanto o da Ciência e Tecnologia, ao qual está ligado o CNPq, vão perder parte considerável de seus orçamentos. Sem qualquer fusão confirmada, ainda assim, ambas as agências terão que funcionar com menos recursos no ano que vem. O orçamento da Capes será reduzido de R\$ 4,2 bilhões para R\$ 2,2 bilhões e o do CNPq cairá de R\$ 1,5 bilhão para R\$ 1,065 bilhão.

As entidades científicas argumentam que as agências têm atribuições diferentes e complementares no financiamento da ciência do país. Enquanto a Capes paga bolsas aos estudantes de mestrado, doutorado e pós-doutorado, ou seja, sustenta a pós-graduação, o CNPq financia diretamente pesquisadores individuais, grupos e linhas de pesquisa. A fusão que o governo planeja prejudicaria as diferentes frentes de trabalho.

Para defender a fusão, a equipe econômica usa o exemplo da China, que tem apenas uma agência de apoio à pesquisa, com um número de funcionários menor do que o das duas brasileiras somadas. No entanto, na China o orçamento é muito superior — equivalente a R\$ 23 bilhões.

Pressionado por líderes governistas a aderir à fusão das instituições, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, se posicionou contrário à proposta.